



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
PROGRAMA MORAR, CONVIVER E PRESERVAR: REDE AMAZÔNIA

IELMA FRANCIONE ASSUNÇÃO DA SILVA
NILMA BATISTA PINTO

PROJETO SOCIAL EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: Participação social e medidas sociais em REURB, Município de Sapucaia/PA

Belém/PA
2022

PROJETO SOCIAL EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: Participação social e medidas sociais em REURB, Município de Sapucaia/PA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-graduação Lato Sensu do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como requisito necessário à obtenção do título de especialista em Tecnologias Aplicadas à Regularização Fundiária.

Orientadora: Prof.^a Ma. Maria do Carmo Campos da Silva.

Belém/PA
2022

IELMA FRANCIONE ASSUNÇÃO DA SILVA

NILMA BATISTA PINTO

PROJETO SOCIAL EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: Participação social e medidas sociais em REURB, Município de Sapucaia/PA

Trabalho de conclusão apresentado ao Programa de Pós-graduação Lato Sensu do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito necessário à obtenção do título de especialista em Tecnologias Aplicadas à Regularização Fundiária Urbana.

Aprovado em 25/02/2022

Banca examinadora:

Prof.^a Ma. Maria do Carmo Campos da Silva
Orientadora NAEA/UFPA

Prof.^a Dra. Joana Valente Santana
Examinadora Externa/PPGSS/UFPA

Prof. Me. Arleisson Fernan Pedreira Furo
Examinador

PROJETO SOCIAL EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: Participação social e medidas sociais em REURB, Município de Sapucaia/PA

Ielma Francione Assunção da Silva¹

Maria do Carmo Campos da Silva²

Nilma Batista Pinto³

RESUMO: Este trabalho propõe a sistematização de medidas sociais no âmbito de projetos de Regularização Fundiária Urbana (REURB), configuradas em formato de um Projeto Social, direcionado às populações residentes em áreas objeto de regularização fundiária urbana, objetivando instrumentalizá-las para exercerem o papel de agentes ativos no processo, acessando os direitos inerentes à vida urbana e contribuindo para a sustentabilidade das medidas decorrentes da regularização fundiária com permanência da população na área regularizada. Partiu-se da realidade do município de Sapucaia/PA, em especial do bairro Sol Nascente, e em breve estudo, por meio de pesquisa documental e dados estatísticos oficiais, contatos com moradores, lideranças e observação direta, foram identificadas as principais demandas sociais e mapeada a rede de apoio institucional local e do entorno. São apresentadas, de forma abrangente, diretrizes gerais para a elaboração do Projeto Social em REURB, na perspectiva de subsidiar outros municípios a partir de suas peculiaridades sociais e institucionais, e de forma específica para o município de Sapucaia, por meio de ações coletivas, socio organizativas e de formação, consolidadas em eixos temáticos, a serem construídas e gerenciadas de forma compartilhada entre poder público e sociedade, conferindo à política de regularização fundiária urbana o status de política pública que traz à luz as necessidades intrínsecas à população urbana e aponta caminhos para a conquista e ampliação de direitos, em especial o direito à cidade.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (2013), e Especialista em Políticas Públicas e Intervenção Social (FAIBRA), 2014. Servidora pública efetiva da Prefeitura Municipal de Abaetetuba/Setor Habitacional/PMAPA. E-mail: ielmafrancione123@gmail.com.

² Assistente social e socióloga pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestra em planejamento do desenvolvimento e doutoranda em desenvolvimento socioambiental do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA. E-mail: mariadocarmocampos1954@gmail.com.

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará/UFPA (2018) e Especialista em Extensão, Inovação Socioambiental e Desenvolvimento de Sistemas Agroalimentares, pelo Núcleo de Meio Ambiente/NUMA/UFPA (2019). Assistente Social na UFPA/Campus de Abaetetuba. Mestranda do Programa de Pós - Graduação em Serviço Social/UFPA (2022). E-mail: nilmbatista.ufpa@gmail.com

Palavras-chave: Projeto social; regularização fundiária urbana; participação social; medidas sociais.

ABSTRACT: This work proposes the systematization of social measures within the scope of Land Regularization projects (REURB), configured in the format of a Social Project, aimed at populations residing in areas subject to urban land regularization, aiming to instrumentalize them to play the role of active agents. In the process, accessing the rights inherent to urban life and contributing to the sustainability of measures resulting from land tenure regularization with the population staying in the regularized area. It broke. of the reality of the city of Sapucaia/PA, especially the Sol Nascente neighborhood, and in a brief study, through documentary research and official statistical data, contacts with residents, leaders and direct observation, the main social demands were identified and the network mapped of local and surrounding institutional support, noting the lack of this resource in the municipality. In this perspective, general guidelines for the elaboration of the Social Project in REURB are presented in a broad way, in the perspective of subsidizing other municipalities from their social and institutional peculiarities, and specifically social measures for the municipality of Sapucaia, through actions collective, socio-organizational and training, consolidated in thematic axes, to be built and managed in a shared way between public power and society, giving the urban land regularization policy the status of public policy that brings to light the intrinsic needs of the urban population and points out ways for the conquest and expansion of rights, especially the right to the city.

1 INTRODUÇÃO

A presente proposta de Projeto Social em processos de Regularização Fundiária Urbana de Interesse (REURB), surge a partir da disciplina Participação Social e Gestão de Projetos, ministrada durante o curso de Especialização em Tecnologias Aplicadas à Regularização Fundiária e Prevenção de Conflitos Socioambientais, Habitacionais e Sanitários, no âmbito do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). A referida disciplina abordou a importância da participação social em projetos de REURB, e a necessidade de definição de medidas sociais, por meio de ações e mecanismos que favoreçam e impulsionem a efetiva inclusão da população residente em áreas objeto de regularização fundiária na condição de agentes ativos do processo, inclusive após a titulação, baseado nos valores e princípios da democracia, dos direitos humanos e dos direitos socioambientais, com ênfase no direito à cidade.

O curso é parte do Programa Rede Amazônia Morar, Conviver e Preservar, fruto de uma parceria entre a Comissão de Regularização Fundiária (CRF) da UFPA e o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para constituir uma rede de instituições públicas de ensino superior e outras órgãos que tem interface com a REURB nos nove Estados que compõem a Amazônia Legal, voltada para o fomento e difusão de experiências e expertises em tecnologias aplicadas à essa temática, articulada com medidas de prevenção de conflitos de naturezas socioambiental, habitacional e sanitária.

O objetivo central deste trabalho é, portanto, propor medidas sociais em projetos de REURB, na perspectiva de instrumentalizar os operadores dessa política pública, para a efetiva inclusão da população residente em áreas objeto de REURB-S como agentes ativos em cada uma das etapas do processo e no acesso a direitos sociais e humanos inerentes à vida urbana, contribuindo para a sustentabilidade das medidas jurídicas, urbanísticas e ambientais decorrentes do projeto de regularização fundiária e fixação da população na área regularizada.

Tais medidas, que aqui serão delineadas a partir da realidade observada no Município de Sapucaia no estado do Pará⁴, devem ser, necessariamente, construídas e gerenciadas de forma participativa, em sintonia com as especificidades da comunidade e com os objetivos da REURB explicitados na legislação pertinente⁵, e incluirão tanto a rede de serviços disponíveis no município e seu entorno para o atendimento às demandas emergentes, como o planejamento de ações socioeducativas e de formação favorecendo, a integração social nas áreas de

⁴ Parte da área urbana do município de Sapucaia constitui uma das áreas de atuação do Programa Rede Amazônia.

⁵ Sobre os objetivos da REURB, ver artigo 10 da Lei Federal 13.465/2017.

regularização e a permanência da população em melhores condições de vida em relação ao contexto anterior à regularização.

Além de uma reflexão sobre a relevância das medidas sociais em REURB a participação social é destacada não apenas como pressuposto, mas como condição essencial de efetivação de políticas sociais e direitos, cujos resultados estão diretamente ligados à abrangência desta participação, como valor e sinal democráticos. Conforme WHITAKER, apud TORO; WERNECK, (2007), “A participação será mais assumida, livre e consciente, na medida em que os que dela participem perceberem que a realização do objetivo perseguido é vital para quem participa da ação e que o objetivo só pode ser alcançado se houver efetiva participação.” (p. 21).

2 A RELEVÂNCIA DAS MEDIDAS SOCIAIS EM REURB

A Regularização Fundiária Urbana, “a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.” (BRASIL, 2017), estabelece que:

Art. 9º § 1º Os poderes públicos formularão e desenvolverão no espaço urbano as políticas de suas competências de acordo com os princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental e ordenação territorial, buscando a ocupação do solo de maneira eficiente, combinando seu uso de forma funcional. (IDEM, 2017).

Contudo, como a referida legislação não expressa as diretrizes que essas medidas sociais devem seguir, e entendendo que tais medidas são pertinentes em ações de regularização fundiária, propõe-se que estas, sejam configuradas em forma de projeto adotando-se, como orientação preliminar, o Manual de Instruções do Trabalho Social aprovado pela Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, do extinto Ministério das Cidades que norteia os programas e ações nos projetos habitacionais, hoje sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Regional, onde o Trabalho Social é assim definido:

“O Trabalho Social, compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, Portaria MCidades nº 21/2014) .

Como objetivo geral, o referido instrumento normativo busca promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção” e como objetivo específico propõe-se a “Promover a

participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local (...)” (BRASIL, Portaria MCidades nº 21 de 22 de janeiro de 2014).

Neste sentido, pensar um Projeto Social no âmbito de projetos de REURB, pode vir a ser um excelente mecanismo para alcance de resultados desejados e esperados no processo de regularização, pois, segundo Silva (2019)

As ações de regularização fundiária que por sua natureza são bastante complexas, com etapas de execução ora concomitantes ora articuladas em sequência, por demandarem insumos resultantes de etapas precedentes, exigem procedimentos técnicos detalhados e análises específicas sobre suas dimensões (jurídica, urbanística, ambiental e social) na perspectiva de conferir aos documentos finais a segurança jurídica necessária, configurando um processo gradual e muitas vezes, moroso. (SILVA, 2019, p. 123)

Assim, o Projeto Social, corresponderia às ações de sensibilização, mobilização, informação, atendimento de demandas sociais, e o envolvimento dos cidadãos na gestão da política, os quais são sujeitos de direitos e devem ter igualdade de tratamento nas políticas públicas e sociais existentes, tornando-se fundamental na implementação e desenvolvimento das políticas como a de regularização fundiária, por meio da participação, e reafirmam o valor democrático para a sociedade.

Em que pese a lacuna legislativa quanto às diretrizes para as medidas sociais é possível afirmar que o alcance de importantes objetivos definidos na referida legislação, como por exemplo: i) promover a integração social e geração de emprego e renda; ii) estimular a resolução extrajudicial de conflitos; iii) prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais (BRASIL, Lei 13.465/2017, art. 10) demanda a proposição de ações de caráter multisetorial e multifatorial direcionadas a esses objetivos, configuradas em um instrumento que permita o monitoramento de seus resultados, no caso o Projeto Social.

É nessa perspectiva que aqui se inscreve esta proposta, suprimindo a lacuna existente na legislação quanto à operacionalização das medidas sociais em projetos de REURB, nivelando-as com a mesma relevância das demais dimensões da regularização fundiária urbana e contribuindo para o rompimento do paradigma da regularização fundiária limitado à titulação dos imóveis. Negligenciá-las é negar parte essencial do processo da REURB, e deixar de viabilizar o pleno acesso dos cidadãos às políticas sociais, ao direito à cidade e a participação destes na construção de políticas democráticas e emancipatórias

3 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO COMPONENTE CENTRAL DO PROJETO SOCIAL EM REURB

Muito se discute a importância da elaboração de políticas participativas, porém pouco se efetiva. Em geral, as políticas apresentam-se à sociedade com formatos pré-concebidos, ‘vindo de cima para baixo’, sem observar os aspectos da realidade de cada comunidade, região e cultura, como ‘receita de bolo’. cabendo indagar: para quem as políticas e direitos sociais são voltadas? Nesse processo, há inclusão das pessoas? Há leitura da dinâmica de luta por direitos? Ao lidar com famílias, elas são ouvidas?

Do mesmo modo, a elaboração de modelos de gestão que priorizem a efetiva participação social, com vistas a consolidação da política pública implementada, neste caso, a política de Regularização Fundiária Urbana, culminará na construção coletiva do espaço urbano. Para CAMPOS, (2020):

Entende-se que as iniciativas de participação das populações de assentamentos informais nos processos decisórios de políticas públicas, dependem da organização comunitária e do nível de informação sobre políticas específicas, neste caso, a política urbana de regularização fundiária. Exige-se assim ações contínuas de informação e comunicação sobre a proposta política de regularização fundiária através do processo de Mobilização e Participação Comunitária. (p.16)

Assim sendo, pensar ações e mecanismos de estímulos à participação social durante todo o processo de implantação de uma política, como valor democrático, torna -se primordial para a construção de uma sociedade mais igualitária. TORO; WERNECK (2007), salientam que, “a ordem social não é natural e cada sociedade é que constrói sua ordem social. Porque ela não é natural é possível falar em mudanças.” (p.15).

Em regularização fundiária urbana a participação social tem caráter transversal, perpassando as diversas etapas de execução do projeto e, até mesmo em uma perspectiva pragmática a adesão dos moradores é indispensável para garantir a execução dos levantamentos em campo. Mas a perspectiva de participação aqui discutida vai em busca do empoderamento da população beneficiária da regularização que concorra para a efetiva conquistas de direitos sociais, em especial o direito à cidade.

Dessa forma a mobilização social se dará em todo o decorrer do processo da regularização propriamente dita, estendendo-se para além do marco temporal da titulação, e as estratégias de mobilização e execução do projeto de REURB estarão sempre fomentando a participação dos beneficiários em tomadas de decisões, exercitando a autonomia da comunidade na condição de coautores e corresponsáveis pelo que decorre das decisões,

valorizando as experiências e vivências, com base na reflexão, para a construção de novos referenciais de convivência e conceitos sobre ações comunitárias.

O primeiro passo no processo de mobilização social, é a explicação de seu propósito, que está diretamente ligado à qualidade da participação que será alcançada. Deve ter expressão atrativa, um imaginário “convocante”, que sintetize de modo atraente e válido os grandes objetivos que se busca alcançar. Ele deve expressar o sentido e a finalidade da mobilização. Segundo TORO;WERNECK, (2007):

O imaginário, “é, ao mesmo tempo, uma fonte de hipóteses que provê as pessoas de critérios para orientar a atuação e para identificar alternativas de ações.” (...) enuncia uma forma de futuro por construir, contém elementos de validade formais (históricos e científicos) e, nesse sentido, é uma fonte de hipóteses para ação e o pensamento. (p. 20, 21)

Outro importante passo no planejamento de mobilização, é a comunicação. Esta “pode ser concebida e estruturada de diferentes formas, de acordo com o tipo de projeto e propósitos buscados. É o projeto ao qual pertence a comunicação que delimita seu modelo, forma, fins e os meios.” (IDEM, 2007, p. 37). A comunicação tem como meta o compartilhamento, o mais abrangente possível, de todas as informações relacionadas à REURB como política pública potencializadora da efetivação de direitos.

Todo esse processo deverá estar alinhado às peculiaridades culturais, sociais, econômicos e ambientais locais, o contexto e a conjuntura da comunidade e das próprias demandas, e as potencialidades de ações e políticas sociais já em execução.

4 METODOLOGIA

Para construção das medidas sociais configuradas em Projeto Social, utilizou-se os escritos de TORO;WERNECK (2007), que em sua obra ‘MOBILIZAÇÃO SOCIAL UM MODO DE CONSTRUIR A DEMOCRACIA E A PARTICIPAÇÃO’, sugerem, comentam e indicam critérios e estratégias para a concepção, o planejamento e a gestão de processos com vistas à participação social.

Nessa perspectiva, foi elaborado um breve diagnóstico local, por meio consulta documental, pesquisa exploratória em campo, e mapeamento da rede de serviços, identificando-se as demandas, potencialidades e limitações locais para o acesso pleno aos direitos sociais e às políticas públicas existentes no próprio município e nos municípios do entorno, a fim de fazer o devido referenciamento para subsidiar o atendimento, adotando-se os seguintes passos: i) consulta em documentos consolidados no âmbito do Programa Rede Amazônia em relação a

aspectos socioeconômicos, culturais, institucionais e urbanísticos, referentes à área urbana municipal; ii) mapeamento das organizações sociais formais em endereços eletrônicos oficiais; iii) identificação de lideranças comunitárias formais e informais locais; iv) mapeamento da rede socioassistencial na sede municipal e nos municípios-polo do entorno; v) identificação de outras instituições governamentais e não governamentais com potencial de apoio para o atendimento de medidas sociais; vi) contatos com técnicos do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), moradores e uma liderança comunitária, sendo as demandas sociais identificadas por este meio.

O estudo envolveu a área urbana municipal, com foco especial ao bairro Sol Nascente, que constitui a primeira área definida para regularização na sede municipal.

Já a estruturação da proposta, por ser identificada certa similaridade, teve como norte os eixos temáticos relacionados nas normativas que regem o Projeto de Trabalho Técnico Social dos empreendimentos habitacionais de interesse social referidos anteriormente, quais sejam: a) Mobilização, organização e fortalecimento social envolvendo informação, mobilização, organização e capacitação para promover a autonomia, o protagonismo social e o fortalecimento das organizações existentes no território; b) Acompanhamento e gestão social da intervenção; c) Educação ambiental e patrimonial relativa à promoção de mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável e; d) Desenvolvimento socioeconômico na perspectiva da inclusão produtiva, por meio da articulação de políticas públicas, apoio e implementação de iniciativas para geração de trabalho e renda.

Tal referência representa um ponto de partida a ser compatibilizado com as singularidades que caracterizam a regularização fundiária urbana como política pública alinhada à política habitacional e como instrumento de conquista do direito à cidade, pretendendo-se que esta proposta seja adaptável às diversas peculiaridades dos municípios da Amazônia, especialmente nos aspectos socioeconômicos e culturais.

Na política de regularização fundiária urbana, compreende-se o Projeto Social como uma proposta multifatorial e multisetorial que abarcará as diversas possibilidades de acesso a outras políticas setoriais e aos direitos individuais e coletivos, fortalecendo os processos de mobilização social e as organizações locais para o conhecimento e a busca de direitos já reconhecidos e não integralmente acessados, visando a melhoria da qualidade de vida da população residente na área de regularização.

Para a pesquisa de campo o Programa Rede Amazônia custeou as despesas para a visita ao município de Sapucaia oportunizando contatos com os técnicos municipais, moradores e

uma liderança comunitária, observação direta, o que permitiu a identificação das principais demandas sociais.

Cabe registrar que o estudo foi realizado em um momento temporal do processo de regularização fundiária de fechamento da base cartográfica não dispondo ainda do Cadastro Social, etapa específica do projeto de REUR, que oferece informações atualizadas e detalhadas sobre a real condição socioeconômica de cada família o que limitou, sobremaneira, a caracterização nos moldes desejados, inclusive em relação à identificação de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

As medidas, ferramentas e parceiros na execução encontram-se descritas no protótipo do Projeto Social voltado para a realidade do município de Sapucaia, por eixo temático, complementado por um rol abrangente de ações e possíveis parceiros, que poderão subsidiar outros municípios com características distintas de Sapucaia em um eventual processo de elaboração do Projeto Social em regularização fundiária urbana, ressaltando-se que todas as medidas propostas deverão ter caráter socioeducativo, na perspectiva da conquista de direitos sociais e relacionadas aos objetivos da REURB traduzidos pelo direito à moradia digna e à cidade.

A gestão do Projeto Social deverá ser pactuada com a população envolvida, sugerindo-se que cada eixo temático seja coordenado por representantes das instituições parceiras do respectivo eixo e da sociedade, e que a coordenação geral do Projeto seja formada por pelo menos dois membros de cada eixo temático, sendo um oriundo de instituições públicas parceiras e outro da sociedade civil.

Para o acompanhamento das medidas que comporão o Projeto Social com vistas ao seu aperfeiçoamento, far-se-á uso de: registro em diário de campo, registros fotográficos, vídeos de pequena duração, listas de frequência, depoimento dos beneficiários e atas de reuniões. Todo material a ser produzido ou utilizado no projeto será concebido a partir da perspectiva do público-alvo que se destina, em linguagens e formas apropriadas.

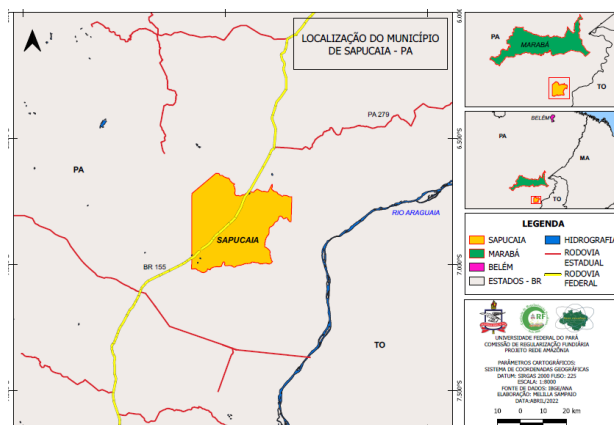
5 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

5.1 O município de Sapucaia/PA

Emancipado em 1996 desmembrado do município de Xinguara, Sapucaia tem área territorial de 1.284 Km² e está localizado no sudeste paraense, distante 800km da capital Belém, com acesso rodoviário. Seu eixo estruturador é a BR-155 e a população está estimada para

2021 em 6.088 pessoas (IBGE, 2010), distribuída em 1.403 domicílios particulares permanentes, dos quais 932 encontram-se na área urbana e 471 na área rural, apresentando densidade demográfica de 3,89hab/km².

Imagem 01 – Mapa de localização do município de Sapucaia/PA



Fonte: Programa Rede Amazônia/CRF/UFP, 2022

No aspecto econômico, a pecuária é o setor predominante com grandes fazendas no entorno da sede municipal, seguida do comércio local através das empresas e atividades informais de maior, no entanto, pela própria natureza da pecuária a geração de emprego é reduzida, registrando-se

que cerca de 50,6% da população recebe menos de três salários-mínimos e os domicílios com rendimento mensal até meio salário-mínimo por pessoa, envolve 40,1% da população total (IBGE, 2010). Nesse quesito o município ocupa a 136ª posição entre os 144 municípios do estado do Pará.

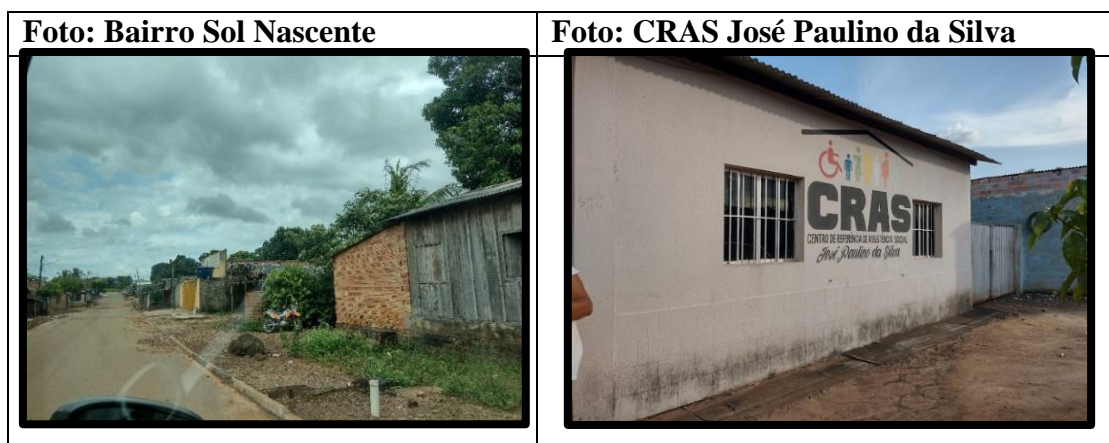
Essa precariedade é refletida no Relatório do Programa Bolsa Família atual Auxílio Brasil e Cadastro Único, de fevereiro de 2022, que apontam 2.738 pessoas em situação de vulnerabilidade social, das quais, 62% encontram-se em situação de extrema pobreza⁶ e no IDHM que é de 0,590 incluído na categoria baixo.

A pecuária também demarca, em grande medida, os mais fortes aspectos socioculturais do município, haja vista que uma das principais festividades locais é a Cavalgada Ruralista, realizada anualmente, ocasião em que dezenas de pessoas montadas em cavalos desfilam pelas ruas da cidade.

Sapucaia é um dos municípios paraenses que fazem parte do Programa Rede Amazônia tendo recebido, por doação, a gleba denominada Rio Maria (2ª Etapa) no âmbito do Programa Terra Legal, envolvendo cinco bairros do distrito sede, ente eles o bairro Sol Nascente definido como prioritário para regularização fundiária imediata.

⁶ Situação de extrema pobreza são aquelas cujas famílias dispõem de renda *per capita* de até R\$100,00.

Imagem 3 – Rua do bairro Sol Nascente e CRAS José Paulino da Silva.



FONTE: As autoras, 2022.

Como questões concretas que demandam atendimento na perspectiva de um Projeto Técnico Social, foi possível relacionar: carência de informações consistentes sobre direitos como à moradia, à cidade, mobilidade, tampouco à regularização fundiária e até mesmo à assistência social, ausência de documentos pessoais, alto índice de evasão escolar e analfabetismo, drogadição, baixa qualificação e exercício profissional, especialmente entre as mulheres chefes de famílias, violência doméstica, insegurança alimentar, crianças sozinhas em casa, elevados índices de gravidez na adolescência, ausência de coleta seletiva de lixo, grande carência de atividades de esporte e lazer.

Quanto às potencialidades para o atendimento, identificou-se alguns projetos em execução pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF sob a coordenação do CRAS⁷, que sendo a única unidade institucional da política de assistência social, enfrenta grande sobrecarga de atividades⁸. Outros serviços da assistência são o Cadastro Único (CADÚNICO) e Benefícios Eventuais (auxílio-alimentação, funeral, material de construção e tarifa social de energia elétrica).

Inexistem, portanto, no próprio município, os serviços de Centros de Atenção Psicossocial/CAPS, Casas de passagem, para atendimento de andarilhos e pessoas em situação de rua e Centros de reabilitação, para atendimento de dependentes de substâncias psicoativas

Outras unidades da rede socioassistencial são encontradas apenas no município de Xinguara, a 35 km da sede municipal de Sapucaia onde estão instalados: o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), a Defensoria Pública, o Ministério Público, o

⁷ Os principais projetos relacionados, foram: Criança Feliz; Pequeno Rafael; Projeto Sopão Solidário; Projeto Pão e Leite; mexa-se pela Vida; Meus 15 anos e Natal Solidário.

⁸ A política nacional de assistência social estabelece que os municípios de até 20.000 habitantes devem ser atendidos por CREAS regionais.

CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), o Centro de Referência Especializado em Atendimento à Mulher (CREAM) e outras instituições que podem figurar como parceiras em um Projeto Social de REURB, especialmente na formação profissional, como: SEBRAE, SENAI, SENAC, SENAR, SENAT entre outros.

De acordo com informações dos técnicos do CRAS, a baixa arrecadação municipal faz com que o custeio das despesas relativas aos projetos em execução advém de recursos federais e estaduais, portanto, as medidas estabelecidas no âmbito do Projeto Social deverão se encaixar nas atribuições pertinentes a cada parceiro institucional ou da sociedade civil que aderirem ao Projeto Social.

No que diz respeito à resolução de conflitos extrajudiciais apenas em Marabá, que dista 211km de Sapucaia, encontra-se em funcionamento um Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC)⁹, ressaltando-se que em projetos de regularização fundiária não é raro a constatação de conflitos de vizinhança, familiares, tentativa de negação do direito de prioridade da titulação em nome da mulher por seus companheiros e conflitos socioambientais, que teriam indicação para serem mediados nos CEJUSCs.

Não foram identificados grupos associativos formais de caráter comunitário atuantes na sede municipal, no entanto em pesquisa no cadastro nacional de organizações sociais do município de Sapucaia, encontram-se registradas 51 organizações sociais, com total predominância de entidades religiosas (60%), 4 do setor empresarial, 3 assistenciais, 2 culturais e 3 filantrópica. Porém, não foi possível confirmar suas efetivas atuações, nem tampouco experiências destacadas de processos participativos junto à gestão pública.

Consideradas as diversas limitações decorrentes do período de estudo reduzido e do estágio de execução do projeto de regularização fundiária com etapas fundamentais principalmente para a elaboração de um diagnóstico mais aprofundado, a proposição está focada em diretrizes gerais para um Projeto Social em REURB para adaptação a outros municípios e um relativo avanço para ações concretas voltadas ao município de Sapucaia.

⁹ Os CEJUSCs são unidades do Poder Judiciário às quais compete a realização das sessões de conciliação e de mediação a cargo de conciliadores e mediadores devidamente capacitados nas práticas de autocomposição, bem como o atendimento e a orientação aos cidadãos que possuem dúvidas e questões jurídicas.

QUADRO 1- DIRETRIZES PARA O PROJETO SOCIAL EM REURB, ADAPTÁVEL ÀS DIVERSAS REALIDADES MUNICIPAIS

ESTRUTURAÇÃO	
1	IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES ENVOLVIDOS – todos aqueles que firmarem parceria para execução das medidas sociais.
2	INFORMAÇÕES BÁSICAS NECESSÁRIAS: i) Caracterização da área de abrangência do Projeto - delimitação, aspectos culturais, ambientais, socioeconômicos, mecanismos de comunicação local, equipamentos públicos, mapeamento da rede socioassistencial instalada no próprio município ou no entorno); ii) Caracterização da população residente na área de abrangência do Projeto (configuração etária, escolaridade, situações de vulnerabilidade social, ocupação, trabalho e renda; iii) Caracterização da organização comunitária local (formal e informal) lideranças atuantes, mecanismos e instância de participação social (conselhos gestores de políticas públicas, organizações de caráter comunitário, filantrópico, esportivo, cultural, religioso, etc.) ¹⁰
3	<p>OBJETIVOS</p> <p>3.1 GERAL: Viabilizar o acesso a direitos sociais pelos beneficiários da regularização fundiária e garantir a sustentabilidade das intervenções decorrentes da REURB, visando a permanência das famílias na área em melhores condições de vida em relação à situação anterior à regularização.</p> <p>3.2 ESPECÍFICOS: i) Estimular o desenvolvimento da consciência cidadã e o sentido de pertencimento em relação à área/bairro e à cidade; ii) Sensibilizar os moradores para a corresponsabilidade nas questões ambientais e na conservação e manutenção dos espaços de uso público; iii) Promover os encaminhamentos de ocorrências que caracterizem situação de vulnerabilidade para a rede socioassistencial referenciada; iv) Desenvolver ações que favoreçam a inclusão dos moradores no mercado de trabalho local; v) Esclarecer sobre os benefícios e desdobramentos da regularização fundiária para as famílias beneficiária.</p>
4	<p>METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE GESTÃO</p> <p>4.1 Leitura da realidade – i) pesquisa preliminar sobre os aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais da área urbana municipal utilizando dados secundários disponíveis (IBGE, DATASUS, CADUNICO, Programas Sociais, órgãos municipais, etc.), compondo o diagnóstico integrado para a regularização fundiária; ii) mapeamento das organizações sociais formais e informais, lideranças comunitárias, rede socioassistencial na área urbana e complementarmente nos municípios-polo do entorno, instituições governamentais e não governamentais com potencial de apoio a medidas sociais; iii) cadastro social das famílias residentes na área</p>

¹⁰ A principal fonte de informações para essa caracterização é o cadastro social que oferece informações detalhadas e atualizadas sobre o universo das famílias residente na área de regularização. No entanto, uma caracterização prévia ainda na fase dos Estudos Preliminares, deve ser elaborada a partir de dados secundários disponíveis em fontes como: IBGE, órgãos municipais, Cadastro Único, entre outros, que mesmo não estando agregados de forma compatível com o recorte da área de regularização, permitem um exercício comparativo em relação ao bairro onde se localiza a área de regularização e à área urbana do município.

delimitada para regularização; iv) contatos com moradores e lideranças. As demandas identificadas deverão ser apresentadas à população para confirmação e contribuições.

4.2 Elaboração do Projeto Social – composição de um grupo de trabalho com representantes da sociedade civil conforme as características organizativas locais, do agente promotor da regularização fundiária e instituições com potencial de parceria, considerando as demandas identificadas, definindo, ao menos as ações a serem desenvolvidas, por eixos temáticos com detalhamento das atividades, metas mensuráveis, períodos e responsáveis pela execução além de promover a articulação com os parceiros para confirmar suas reais possibilidades de contribuição na execução do Plano.

4.3 Estratégia de gestão e monitoramento de resultados – dada a natureza do Projeto Social sua condução deverá ser, necessariamente, participativa em uma perspectiva de horizontalidade, envolvendo representantes do agente promotor, das instituições parceiras e da sociedade civil, dando-se publicidade à sociedade em geral quanto à execução das ações e seus resultados.

AÇÕES INTEGRADAS COM A REDE DE SERVIÇOS

Neste tópico constam, de forma ampla, ações temáticas, instrumentos e técnicas que poderão ser acionados para execução e universo de instituições que compõem redes de serviços que poderão encontrar-se instaladas no próprio município ou em municípios do entorno. De acordo com as demandas identificadas o município destacará as instituições cuja participação seria pertinente.

EIXOS CENTRAIS	AÇÕES/MEDIDAS	INSTRUMENTOS E TÉCNICAS	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS
Mobilização, Organização e Fortalecimento Social	Abordagem de temas, como: i) a importância da participação social na defesa dos interesses coletivos; ii) o papel das lideranças na comunicação e no encaminhamento das lutas pela conquista de direitos; iii) o reconhecimento coletivo das demandas locais; iv) o associativismo como estratégia de mobilização permanente; v) a comunicação como instrumento de mobilização e integração social; vi) os processos culturais locais como elementos de integração social, etc.	Rodas de conversa; Oficinas interativas; Leitura participativa das demandas locais; Palestras; Teatralização de elementos marcantes da cultura local;	CRAS; Grupos culturais locais Lideranças locais Organizações do Terceiro Setor; Rede de comunicação social local Secretaria Municipal de Assistência Social e de Cultura

Encaminhamentos pontuais	Identificação de situações de vulnerabilidade e/ou de conflitos, a partir do Cadastro Social, contatos com moradores, lideranças e observações do cotidiano dos moradores durante a execução das diversas etapas do processo de regularização fundiária.	Visitas domiciliares para definição de encaminhamentos/providências; Encaminhamentos para a rede socioassistencial	Instituições universitárias Defensoria Pública; Secretaria Municipal de Assistência Social/CRAS; Cartório de Registro Civil; Sistema de Segurança Social (Delegacias da Mulher, Atendimento ao Adolescente, Conflitos Ambientais); Unidades de Medição de Conflitos.
Desenvolvimento Socioeconômico	Estudo das potencialidades do mercado de trabalho local em relação às características de profissionalização da população residente na área de abrangência do Projeto Social. Definição de grade para formação profissional compatível com a possibilidade real de inclusão produtiva para geração de renda; Discussão e definição de estratégias específicas para facilitar a inclusão das mulheres no mercado de trabalho.	Cursos de formação profissional, de curta duração; oficinas de gestão empreendedora; renda solidária; creches comunitárias para facilitar a inclusão das mulheres no mercado de trabalho; oficinas de gestão orçamentária familiar; encaminhamentos ao mercado de trabalho após formação profissional.	CRAS; SENAR; SENAI; SEBRAE, SENAT; órgãos municipais e estaduais afins com as ações definidas; Institutos Tecnológicos; indivíduos referenciados em formação profissional.

Direito à Cidade	Abordagens sobre os temas: i) a participação social no planejamento e gestão da cidade como estratégia do desenvolvimento urbano sustentável; ii) o papel dos conselhos municipais de políticas públicas, em especial os que tem interface com a política urbana; iii) As perspectivas das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) na redução das desigualdades urbanas; iv) a questão ambiental (sentido amplo) como elemento fundamental na qualidade de vida urbana.	Oficinas focando o planejamento e a gestão democrática das cidades; teatralização de problemas decorrentes de desconformidades ambientais; visitas guiadas para reconhecimento de pontos ambientais críticos; campanhas de sensibilização para importância da reciclagem e/ou reutilização de resíduos sólidos e oficinas demonstrativas de viabilidade do processo, mesmo em pequena escala;	Órgãos municipais e estaduais, especialmente os relacionados ao Desenvolvimento Urbano, Obras e Meio Ambiente etc.; Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU); Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.
-------------------------	--	---	---

FONTE: As autoras, 2022. Com base no Projeto Técnico Social do PNHU//PMCMV.

QUADRO 2. LINHAS GERAIS PARA O PROJETO SOCIAL EM REURB, DIRECIONADO AO MUNICÍPIO DE SAPUCAIA

PROJETO SOCIAL EM REURB PARA O MUNICÍPIO DE SAPUCAIA

- 1 IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES PARCEIROS: Secretarias Municipais de: Meio Ambiente, Assistência Social, Cultura e Educação, UNIFESSPA, IFPA, SENAR, SEBRAE, Defensoria Pública, CREAS/Xinguara; CAU/Marabá
2. INFORMAÇÕES BÁSICAS NECESSÁRIAS – encontram-se descritas na seção 4 deste documento.
3. OBJETIVOS – tanto os objetivos gerais quanto os específicos os constantes no Quadro I aplicam-se, integralmente, ao município de Sapucaia.
4. METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE GESTÃO
- a. Leitura da realidade – conforme descrito na seção 4 deste documento.
- b. Elaboração do Projeto Social – após a identificação das demandas e de recursos institucionais na perspectiva de composição de parceria foram relacionadas as ações pertinentes considerando sua factibilidade, foram relacionadas as medidas, instrumentos e parceiros. por eixos temáticos. Estratégia de gestão e monitoramento de resultados – dada a natureza do Projeto Social sua condução deverá ser, necessariamente, participativa em uma perspectiva de horizontalidade, envolvendo representantes do agente promotor, das instituições parceiras e da sociedade civil, dando-se publicidade à sociedade em geral quanto à execução das ações e seus resultados.

5. AÇÕES INTEGRADAS COM A REDE DE SERVIÇOS E OUTROS PARCEIROS

EIXOS CENTRAIS	DEMANDAS IDENTIFICADAS	INSTRUMENTOS E TÉCNICAS	AGENTES PARCEIROS
Mobilização, Organização e Fortalecimento Social	Abordagem das seguintes temáticas: i) a importância da participação social na defesa dos interesses coletivos; ii) o papel das lideranças na interlocução com a sociedade e na luta pela conquista de direitos; iii) o associativismo como estratégia de mobilização permanente; vi) os processos culturais locais como elementos de integração social.	Palestras; Oficinas interativas; Rodas de conversa; Teatralização de elementos marcantes da cultura local;	CRAS, UNIFESSPA (campus Xinguara), Secretaria Municipal de Cultura, grupos culturais do município e lideranças locais;

Encaminhamentos pontuais	<ul style="list-style-type: none"> i) carência de informações sobre direitos sociais; ii) ausência de documentos pessoais, iii) alto índice de evasão escolar e analfabetismo; iv) drogadição; vi) violência doméstica e gravidez na adolescência; 	<ul style="list-style-type: none"> Palestras; Encaminhamento; Articulação com setor educacional Encaminhamento; Visita domiciliar/encaminhamento 	<p>Cartório de Registro Civil, Defensoria Pública, Delegacias da Mulher e de Atendimento ao Adolescente de Xinguara, Secretaria Municipal de Educação.</p>
Desenvolvimento Socioeconômico	<ul style="list-style-type: none"> i) baixa qualificação para o exercício profissional, especialmente entre as mulheres chefes de família; ii) insuficiência de vagas em creche inviabilizando a inclusão de mulheres que são mães no mercado de trabalho; ii) reduzida oferta de empregos formais; iv) baixa renda familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> Cursos de formação profissional; Oficina de gestão empreendedora; Creches comunitárias; Projeto renda solidária; 	<p>CRAS; SENAR; SENAI; SEBRAE; Secretaria Municipal de Educação; Instituto Federal de Educação de Marabá.</p>
Direito à Cidade	<p>Abordagens sobre os temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Gestão democrática da cidade; ii) Desenvolvimento urbano sustentável; iii) O papel dos conselhos municipais de políticas públicas; iv) Perspectivas das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) na redução das desigualdades urbanas; iv) a questão ambiental como elemento fundamental na qualidade de vida urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Palestras e oficinas; Visitas guiadas aos pontos críticos de degradação ambiental; Teatralização de problemas decorrentes de desconformidades ambientais; Campanhas de sensibilização para a importância da destinação adequada de resíduos sólidos; 	<p>Secretaria Municipal de Meio Ambiente etc.; Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU) seção de Marabá; UNIFESSPA.</p>

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como resultado preliminar na elaboração deste trabalho, salientamos a ponderação das autoras durante sua construção, no quesito a forma de se executar políticas públicas e sociais no Brasil, pois quanto a necessidade de Projeto Social em REURB, refletiu-se sobre os prejuízos de instauração de uma política pública social em determinada comunidade, sem que as necessidades intrínsecas desta não sejam visualizadas. A exemplo, o bairro Sol Nascente no Município de Sapucaia, que apresenta o maior número de famílias em vulnerabilidade e risco social, um grande índice de drogadição e subjugação sobre a comunidade de criminalidade e de tráfico de drogas. Ao mesmo tempo foram discutidas estratégias para a implementação de forma mais ampla e de maneira que os beneficiários dela tenham abrangência de atendimento nas minúcias de suas vulnerabilidades.

Reafirmamos, a necessidade de efetivação de todas as medidas previstas na lei à execução do projeto de regularização fundiária, o urbanístico, jurídico e ambiental, e reconhecemos a suma importância destas para alcance do direito à cidade e construção da cidade com a urbanidade que se espera, contudo chamamos atenção ao fator social, pois nele se expressam as maiores necessidades de uma sociedade e as deficiências das políticas sociais, e é a este que se voltam as ações da REURB.

Neste sentido, retomamos a utilidade e relevância do Projeto Social, na perspectiva de instrumentalizar a transformação da realidade e a melhoria efetiva das condições de vida da população, através das medidas sociais elaboradas em consonância com os princípios e diretrizes das políticas sociais, observância das peculiaridades locais e participação social. Conforme TORO; WERNECK, (2007):

Construir a ética democrática significa fazê-la possível e cotidiana e para isto é preciso a participação e a vontade de todos os membros de uma sociedade. A criação de uma cultura e uma ética democráticas requer a mobilização social, entendida como a convocação livre de vontades. A mobilização social é uma forma de construir na prática o projeto ético proposto na constituição brasileira: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político. (p. 03)

Ressaltamos, que a pesquisa de campo, oportunizou a identificação das potencialidades e deficiências locais das políticas sociais existentes no município. Em campo de pesquisa foram realizadas entrevistas¹¹, as quais ocorreram em forma de conversa, individualizada (à exceção,

¹¹ Foram feitas as seguintes perguntas: a) Quais os programas e serviços são ofertados no município por meio da secretaria de Assistência? b) Quais atendimentos são encaminhados a outros municípios? c) Quais os municípios que subsidiam Sapucaia no atendimento de suas demandas?

as duas técnicas do Cadúnico), com perguntas abertas, para obtenção de respostas amplas, promovendo maior flexibilidade para o alcance dos dados, e visavam conhecer os serviços ofertados no município e os atendimentos realizados em outros municípios. Os entrevistados foram: a coordenadora do CRAS José Paulino da Silva, as duas assistentes sociais do CRAS, duas técnicas do sistema de cadastro do Cadúnico e uma liderança comunitária do bairro Sol Nascente.

Conforme dados da entrevista: os serviços ofertados no município são da proteção básica, através do PAIF e projetos do CRAS; os serviços encaminhados para outros municípios são os de média e alta complexidade, por exemplo, reabilitação de dependentes de substâncias psicoativas, os atendimentos do Ministério Público etc.; os municípios que subsidiam Sapucaia na rede de serviços são Xinguara, Marabá e Abaetetuba (Fazenda da Esperança – Reabilitação de dependentes). Vale mencionar, que as ações da política de assistência social, através do CRAS do município e atendimentos dos serviços Benefícios Eventuais, são ações pontuais, as quais não conseguem subtrair os graves problemas sociais da área objeto da REURB, a exemplo, os grandes números de gravidez na adolescência, drogadição e evasão escolar entre crianças e adolescentes em idade escolar, bem como a reabilitação de dependentes de substâncias psicoativas, os quais se tornam recorrentes.

7 CONCLUSÃO

Retomando a idealização inicial deste trabalho que foi dar ênfase às medidas sociais em REURB, traduzidas em um Projeto Social que fomenta, continuamente, a participação social, na perspectiva de instrumentalizar as populações residentes em áreas objeto de regularização fundiária urbana, para exercerem o papel de agentes ativos em cada uma das etapas do processo, acessarem direitos sociais e humanos inerentes à vida urbana e contribuírem para a sustentabilidade das medidas jurídicas, urbanísticas e ambientais decorrentes do projeto de regularização fundiária, além de subsidiar os municípios para a elaboração do referido projeto..

Assim, constatamos que a proposta de Projeto Social elaborada neste trabalho, para a realidade do Município de Sapucaia, e aplicável as outras realidades, onde foram sistematizadas algumas medidas sociais e referenciamento de demandas à rede de serviços, conforme dados coletados em campo (ressaltamos que a proposição deste projeto é somente um ensaio), pode tornar-se um importante modelo de referenciamento para medidas sociais em outras áreas

objeto de REURB. O *modus operandi* das políticas que fazem da parte da política urbana interferem nas condições de vida da população diretamente e segundo Soares *et al* (2018) tais condições são aprofundadas pela maneira como o Estado realiza o planejamento urbano, pois, geralmente exclui “as populações dos processos decisórios sobre as políticas implementadas, ou seja, não oferece soluções satisfatórias para os problemas apresentados e realiza políticas públicas para atender interesses privados” (p. 1286).

Ao mesmo tempo, reafirmamos a relevância deste como parte integrante na viabilidade e execução da política de regularização fundiária para alcance dos resultados desejados e esperados, através da participação social, previsão de ações da melhoria das condições de vida da população, a efetivação dos direitos sociais e humanos dos beneficiários e a sustentabilidade do projeto, da mesma forma que preenche certa lacuna deixada em lei, quando esta não oferece parâmetros para efetivação das medidas sociais.

Por fim, esperamos que a elaboração e execução de um Projeto Social, como requisito necessário à implantação da política de regularização fundiária urbana, torne-se um documento auxiliar de ampliação de direitos, atendimento de necessidades sociais, formação de cidadania e autonomia, participação social e gestão democrática das políticas públicas.

8 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 64/2010, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. – 32 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRASIL. **Lei Federal Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13465-11-julho-2017-785192-normaatualizada-pl.pdf> . Acesso em: 17 fev.2022.

BRASIL, Portaria Nº 21, de 22 de janeiro de 2014, que Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do então Ministério das Cidades. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/ . Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL, Portaria Nº 325, de 7 de julho de 2011. Diário Oficial da União/República Federativa do Brasil. Ministério das Cidades. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/176708/> . Acesso em: 28 fev. 2022.

CADERNOS, MCIDADES HABITAÇÃO. **Política Nacional de Habitação**. Ministério das Cidades, novembro de 2004. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitaacao.pdf> . Acesso em: 13 fev. 2022.

CAMPOS, R. **POLÍTICA URBANA E PARTICIPAÇÃO: Construção Coletiva para Regularização Fundiária nos Espaços Urbanos de Domínio Da União**. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 02, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/issue/view/2224>

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/panorama>. Acesso em 12 de fevereiro de 2022.

LIMA, Daniela de Freitas; JÚNIOR, Almir Mariano de Sousa. **O trabalho Social na Regularização Fundiária de Interesse Social**. Barú , Goiânia. 2020, v. 6:e7806. ISSN: 2448-0460. DOI 10.18224/baru.v6i1.7806. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/issue/view/351>

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes**. Editora: Cortez. 1ª edição (13 maio 2016). Idioma: Português.

PREFEITURA, Municipal de Sapucaia PA. **Vídeo/Documentário 2019 (Sapucaia) #Sapucaia23Anos**. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=323991408285060&ref=sharing> . Acesso em: 13 fev. 2022.

PROGRAMA Rede Amazônia Morar, Conviver e preservar. Disponível em: <https://www.projetoredeamazonia.com/o-que-%C3%A9-a-rede> . Acesso em: 12 fev. 2022.

SILVA, Maria do Carmo Campos da. **Regularização Fundiária de assentamentos urbanos informais: fator de fixação de população de baixa renda ou promoção do mercado imobiliário formal? O caso do assentamento Bengui – Etapa 2, Belém – PA/ Maria do Carmo Campos da Silva; Orientador Luís Eduardo Aragón Vaca. – 2019.**

SOARES, P. P. M. A.; CARDOSO, W. S.; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. BELÉM (PA): **Contradições Sociais Do E No Planejamento Urbano. Revista De Políticas Públicas** (UFMA), v. 22, p. 1269-1290, 2018.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Políticas Públicas – O Papel das Políticas Públicas**. AATR-BA, 2002.

TORO, José Bernardo; Werneck, Nisia Maria Duarte. **Mobilização Social um modo de construir a Democracia e a Participação**. Editora Autêntica, 8 de junho 2007. Idioma Português. Tamanho 112 páginas.